

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Roberto Salum - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Kennedy Nunes
Maurício Eskudlark

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Divulga a temática da Campanha da Fraternidade de 2018, proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, abordando as questões da violência no Brasil e no mundo. Considera o assunto de extrema importância, uma vez que traz elementos e estratégias para a superação dos diferentes tipos de agressões arraigados do cerne da sociedade mundial.

Reforça que a proposta da campanha consiste no debate de construção da fraternidade na coletividade, promover a cultura da paz,

considerando a justiça como o caminho para superar o sistema de violência presente na sociedade, representando o desafio para romper o processo de criminalização e violência institucional.

Sobre o tema, destaca que a CNBB clama aos parlamentos catarinenses e ao executivo a revogação da PEC n. 95 que congelou os investimentos em saúde, educação e políticas sociais, promovendo a desigualdade e o empobrecimento da população catarinense.

Por fim, comenta que o MST reocupou uma área pública do Incra, há 27 anos, e lamenta que até a presente data, período de dois anos, o referido órgão não fez a devida vistoria nos 1.067 hectares que abriga mais de 400 famílias que aguardam um encaminhamento da superintendência do referido órgão em Santa Catarina. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Refere-se ao pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera sobre a luta dos trabalhadores sem terra, concordando com o seu pensamento, pois a terra tem que servir a quem precisa dela. Também parabeniza o MST por seu trabalho.

Registra com otimismo a notícia de que o governo federal voltou atrás quanto à possível reforma da Previdência, parabenizando as Centrais Sindicais e a todos que participaram dos movimentos do dia 19 do corrente mês contra tal possibilidade. Afirma que, em caso de reforma, ela deva começar com os privilegiados e não prejudicando os trabalhadores.

Declara que permanecerá atento para que depois das eleições não aconteça a destruição da Previdência Pública. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Suspende a sessão por até dez minutos para ouvir a deputada italiana Renata Bueno, que falará sobre a relação Brasil/Itália. *[Taquígrafa: Sara]*

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Saúda a deputada italiana Renata Bueno, desejando sucesso na eleição.

Faz referência à cesta com verduras e frutas que trouxe à tribuna, produzidos pela agricultura familiar, comentando que acompanhou nas redes sociais vídeo divulgado pelo empresário Luciano Hang, que criticou os produtores que fizeram manifestação à frente da sua empresa em Chapecó. Justifica que os agricultores protestaram na entrada das Lojas Havan, acusando o mesmo de sonegação fiscal, e que o empresário ofereceu em resposta aos manifestantes mortadelas e carteiras de trabalho, além de criticar o fato de estarem desocupados em plena segunda-feira.

Destaca que apoiou o movimento dos trabalhadores, comemorando também o anúncio realizado pelo presidente do Congresso Nacional quando afirmou que a Reforma da Presidência saiu da pauta de votação no presente ano.

Conclui afirmando que as manifestações ocorridas são de pessoas que produzem alimentos para os catarinenses e povo brasileiro, e que defendem um país construído com justiça. Deseja também que o estado catarinense continue se fortalecendo investindo em políticas sociais.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta várias lideranças políticas que se fazem presentes na Casa, como o vice-presidente da Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú, num movimento que busca políticas públicas para valorizar os produtores agrícolas junto ao Parlamento e ao Ministério da Agricultura, principalmente a rizicultura no estado catarinense, citando que são mais de 140 mil hectares de arroz produzidos. Menciona que os produtores vivenciam uma

desigualdade com os países do Mercosul - Argentina, Paraguai e Uruguai, no comércio devido à incidência menor de tributos praticados no maquinário e insumos agrícolas das referidas nações, ocasionando uma disputa desigual, pois no Brasil a saca de 50kg de arroz custa, em média, de R\$ 31,50 a R\$ 32,30 e naqueles países o valor gira em torno de R\$ 25,00 a R\$ 28,00.

Também, reporta-se à questão do preço da banana que vem do Equador, colocando em desvantagem a que é produzida no Brasil, como dos municípios de Corupá, São João de Itaperiú, Joinville e os do sul do estado de Santa Catarina.
[Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PP

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Comenta que atualmente a falta de recursos é um dos fatores que ameaça o SUS de Santa Catarina e do Brasil, afetando o atendimento, a qualidade de saúde do catarinense e do povo brasileiro.

A respeito disso, informa que a Frente Parlamentar em defesa da saúde catarinense emitiu uma nota pública, na presente data, para manifestar contrariedade à Ação Direta de Inconstitucionalidade que o governo do estado ajuizou no Supremo Tribunal Federal contra a Emenda Constitucional n. 72/2016, que aumenta progressivamente o valor mínimo a ser aplicado na saúde de 12% para 15% até 2019, aprovada pelos pares da Assembleia Legislativa, inclusive com manifestação favorável do governo do estado, à época, e do secretário da Saúde, causando apreensão na sociedade catarinense, aos hospitais filantrópicos e públicos que precisam de mais recursos para oferecer atendimento adequado à população do estado.

Na oportunidade, reforça que o atual governador Eduardo Pinho Moreira, confirmou, na sua posse, o repasse de 14%.

Finaliza, dizendo que a referida emenda constitucional foi o projeto mais importante aprovado na atual legislatura, e lamenta a postura do governo do estado de contestá-la no percentual

dos recursos destinados à saúde. Informa também que apresentou uma moção, exigindo do governo o cumprimento mínimo estabelecido e também a defesa da constitucionalidade da PEC da Saúde, ao mesmo tempo, solicita apoio de todos os parlamentares e da sociedade catarinense.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema abordado, como também solidariza-se à manifestação de contrariedade pelo não cumprimento dos 13% para a saúde e do ingresso de uma ação judicial contra a ação do governo. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Fala que a Saúde é uma das áreas que mais necessita de recursos, e as pesquisas populares apontam para a carência deste setor. Considera que um governo que queira atender à população precisa ampliar tais recursos, e neste sentido a Assembleia Legislativa tem atuado de várias maneiras na tentativa de amenizar a situação, aumentando o que era investido, inclusive com uma Emenda Constitucional.

Lamenta que o governador licenciado tenha trabalhado no intuito de boicotar as ações da Assembleia para ampliar os recursos da Saúde e, como último ato do seu governo, propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional que ampliou os recursos da Saúde de 12 para 15%, demonstrando com isso a falta de preocupação com a situação dos hospitais.

Afirma que a ação do governo que estava instalado, em relação à Saúde, foi um fracasso, esperando que o Supremo Tribunal Federal entenda que a emenda é constitucional, possibilitando ao governador Eduardo Pinho Moreira aplicar os 14%, como tem dito, e que o próximo governador também venha a aplicar os 15%, para que os catarinenses tenham uma saúde melhor. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Comunica que participou de audiência com o governador em exercício, também presentes o secretário da Fazenda, e o presidente da Celesc.

Registra que na presente data, o governo estadual celebrou assinatura de protocolo de intenções com o representante da KSB System, da Coréia do Sul, destacando a presença de Mr. Jong-Bok Park, da Empresa KSB, grande investidor juntamente com um grupo de Dubai, que está prospectando negócios em várias partes do mundo, e no Brasil escolheu o estado catarinense para divulgar e expandir sua empresa.

Encerra afirmando que tem certeza que o empreendimento vai dar certo no estado, salientando que vai utilizar a força empreendedora da indústria catarinense, e ser alternativa de equipamentos de alta tecnologia em unidade produtiva de lâmpadas LED, para o Brasil e América Latina. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSD

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador) - Reporta-se à reunião na manhã da presente data na Frente Parlamentar da Saúde, quando se discutiu a ação de inconstitucionalidade protocolada pelo governador Raimundo Colombo no STF contra a PEC da Saúde, aprovada na Alesc no final de 2016, garantindo um aumento escalonado no repasse que passará a 13% em 2017, 14% em 2018 e 15% em 2019. Posiciona-se contrário à questão, por entender que saúde é prioridade de um governo, não apenas na teoria, mas também na prática, e o ser humano precisa de amparo. Cita o art. 198, § 3º, inciso primeiro da Constituição Federal de 1988, que diz respeito ao percentual mínimo de aplicação dos recursos do orçamento na saúde a ser definido pelos estados e municípios, afirmando a fundamentação legal da referida PEC.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Parabêniza o deputado por sua posição em relação à PEC e lamenta a judicialização colocada pelo governador. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0009/2018, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando ao secretário da Administração informações acerca das obras de pavimentação da Rodovia SC-280, trecho situado na região do município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0010/2018, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao presidente do Deinfra informações acerca das providências que estão sendo tomadas para evitar deslizamentos e interdições da Rodovia SC-390, Serra do Rio do Rastro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0011/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao secretário da Fazenda informações referentes aos valores repassados para eventos realizados em Joinville no período de janeiro 2014 até dezembro de 2017, e quais os valores previstos para 2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando aos secretários da Fazenda, da Educação, e da

Agricultura informações referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua terceirização.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da reforma da ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0011/2018, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, apelando ao superintendente do INSS em Santa Catarina pela contratação dos aprovados no concurso realizado em 23/12/15, prorrogado até 04/08/18, para mitigar o problema de atendimento nas agências do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0013/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos, cumprimentando o sargento PM Daniel José Pereira, comandante da corporação em Canelinha, por sua trajetória de 34 anos na carreira militar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0015/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos, cumprimentando o capitão PM Victor Bonfim Monteiro por ato de bravura, salvando um casal que se afogava na praia da Guarda do Embaú, município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0016/2018, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, parabenizando o bombeiro militar Walter José de Borba Netto, pelo ato de bravura em atendimento a uma ocorrência na cidade de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0017/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer e outro (s), manifestando ao Governador do Estado, apelo pelo cumprimento da Emenda Constitucional n. 72/16.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a sr. deputado Neodi Saretta, que subscreverá a moção com a aquiescência dos autores.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0060/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao presidente da Celesc a regularização do serviço de fornecimento de energia elétrica no município de São Domingos, com especial atenção para a área rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0047/2018, de autoria do deputado Darci de Matos; 0048/2018, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0049/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0050/2018, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0051/2018, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0052/2018 e 0053/2018, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0054/2018, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0055/2018, 0059/2018, 0064/2018 e 0065/2018, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0056/2018, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0058/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0061/2018, de autoria do deputado João Amin; 0062/2018, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0063/2018, de autoria do deputado Roberto Salum; 0066/2018 e 0067/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0068/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0069/2018 e 0070/2018, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0071/2018 e 0072/2018, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e, 0073/2018, de autoria do deputado Valdir Cobalchini.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0027/2018, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0028/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0029/2018 e 0031/2018, de autoria do deputado João Amin; e, 0030/2018, de autoria do deputado Natalino Lázare.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) -
Noticia a grave situação da saúde no extremo oeste catarinense, ressaltando que, na presente data, prefeitos e vereadores participaram de uma reunião

com integrantes da Agência de Desenvolvimento Regional para tratar da efetivação do serviço de Oncologia no Hospital Regional Teresinha Gaio Basso na cidade de São Miguel do Oeste.

Destaca que desde dezembro de 2017 foram discutidas na Casa Legislativa as chamadas emendas impositivas e, umas delas, na ordem de R\$ 200 mil, com a finalidade de investimento na ampliação e aquisição de equipamentos para o referido hospital no tratamento de oncologia, salientando que as despesas oneram os municípios, além de prejudicar as famílias e os pacientes emocionalmente e fisicamente abalados pela doença e também pelo deslocamento.

Sobre isso, informa que na reunião da comissão, na presente data, elaborou-se uma moção de urgência a ser levada ao governo do estado com o objetivo específico de conseguir um aditivo no contrato com o Instituto Santé, que administra o referido hospital. Menciona que tal moção manifesta o inconformismo em relação à demora no início da prestação do serviço oncológico, e acrescenta que atualmente o referido hospital possui a estrutura e os equipamentos, faltando apenas a regularização do contrato e a garantia do repasse mensal de recursos para o início ao tratamento.

Argumenta que a situação é gravíssima e que há necessidade de apoio dos pares da Casa Legislativa, como também do governador do estado
[Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Faz referência ao pronunciamento da deputada Luciane Carminatti, concordando que a abertura da Oncologia, no Hospital Regional de São Miguel, resolve ou melhora a situação no hospital em Chapecó, que presentemente está atendendo até dois mil pacientes, quando o ideal é até novecentos. Pretende levar ao governador Eduardo Pinho Moreira este pleito, que inclusive tem verba destinada por parlamentares no Orçamento Impositivo. Menciona que, na posse, o governador anunciou que Saúde e Segurança são suas prioridades, além das rodovias

federais, e que vai buscar soluções junto ao governo federal. Tem esperança de que essa mudança no governo seja um grande momento para a Saúde dos catarinenses.

Registra a posse do novo secretário da Segurança, Alceu de Oliveira Pinto Junior, bem como do Delegado Geral da Polícia Civil, Marcos Guizoni, e o Delegado Adjunto Luiz Ângelo Moreira, cumprimentando-os e desejando êxito na solução dos problemas que estão inquietando a população, valendo-se da oportunidade para ressaltar a importância de adaptar a legislação tendo em vista as promoções na Polícia Civil, entre outras reivindicações para valorização da categoria.

Manifesta-se também quanto à intervenção federal no Rio de Janeiro, considerando-a necessária, porém adverte que não adianta somente colocar o Exército para conter a criminalidade, é preciso buscar soluções para o problema. Traz o exemplo da Colômbia, que viveu momentos difíceis quanto à criminalidade, mas conseguiu adotar medidas para mudar a situação. Demonstra preocupação quanto à migração dos marginais para outros estados, com o cerco que está acontecendo no Rio pela intervenção. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Comunica que a data anterior foi de grande resistência ao desmonte da Previdência Social proposta pelo presidente Michel Temer. Critica o governo federal, que infelizmente está anunciando novas ações na área econômica, como a privatização da Eletrobrás, a autonomia do Banco Central, o desmonte da Lei Geral de Telecomunicações, além da absurda extinção do Fundo Soberano.

Finaliza acrescentando que o novo pacote de projetos nacionais é antinacional, argumentando que vai haver completo descontrole na economia do país, portanto, haverá retrocesso no desenvolvimento da nação. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária,

para o dia subsequente, à hora regimental.
[Taquígrafa: Ana Maria]